

PARECER JURÍDICO

Natal, 15 de setembro de 2025.

EMENTA:SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL – TNS – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO – POSSIBILIDADE LEGAL NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO – ART. 8º, § 3º, DA LEI 11.091/2015.

DA CONSULTA: Trata-se de consulta sobre a possibilidade do TNS – Técnico de Nível Superior, nos termos da Lei nº 11.091/2005, exercer função de coordenação em projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Institutos Federais de Ensino Superior.

DA ANÁLISE:

Trata-se de consulta sobre a possibilidade de o TNS – Técnico de Nível Superior, nos termos da Lei nº 11.091/2005, participar e atuar como coordenador em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O cargo de Técnico Administrativo, existente unicamente na Rede Federal de Ensino, faz parte de um universo amplo que engloba vários outros profissionais não pertencentes ao corpo docente das instituições de ensino: os técnicos administrativos em educação, que, por sua vez, abrangem vários outros profissionais especialistas, como assistentes sociais, bibliotecários, assistentes administrativos, técnicos em laboratório, administradores, pedagogos, entre outros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Percebe-se que a categoria do Técnico de Nível Superior apresenta-se diversificada, visto que agrega profissionais das mais variadas áreas de conhecimento, no tocante aos seus campos de formação profissional, e se encontram nos mais variados espaços da universidade e nas mais diversas possibilidades de trabalho, tais como: na graduação, trabalhando com alunos e docentes; na extensão e na pesquisa.

Faz-se necessário averiguar de que modo as atividades desempenhadas por esses profissionais possam estar alinhadas à legislação vigente no que se refere às atividades descritas para o cargo, no tocante à possibilidade jurídica de exercer coordenação em projetos de ensino, pesquisa ou extensão.

O Parecer nº 00004/2023/CPIFES/SUBCONSU/PGF/AGU – NUP: 00407.007720/2019-41, produzido pela Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Procuradoria-Geral Federal, conclui que os Técnicos Administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091/2005, podem atuar como coordenadores administrativos de projetos de ensino, de pesquisa ou de extensão.

Nesse sentido, a Procuradoria-Geral Federal destaca que o conceito de “atividades técnico-administrativas inerentes ao ensino, à pesquisa e à extensão” é amplo e não se limita a funções de suporte simples, podendo incluir gestão administrativa de projetos, considerando que, nas universidades e institutos federais, tanto docentes quanto Técnicos Administrativos desempenham papéis fundamentais para a consecução das finalidades institucionais previstas no art. 207 da Constituição Federal.

Contudo, incorre em erro de interpretação o mencionado Parecer, de acordo com o texto legal constante do art. 8º, § 3º, da Lei nº 11.091/2005 e do art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei 12.772/2012, na conceituação de atividade finalística acadêmica.

Ressalta-se que, na fundamentação do Parecer, mais precisamente nos itens 10 e 11, é dito que “a Lei nº 12.772, de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal Superior, dentre outras, é expressa em dizer que aos profissionais da referida carreira incumbe o papel de exercer atividades tipicamente acadêmicas (§ 1º de seu artigo 2º). No entanto, apesar do § 2º do artigo 2º da lei remeter o conceito a outros dois diplomas legislativos (Lei nº 9.394, de 1996, e nº 11.892, de 2008), em nenhum momento é ele tratado de modo exaustivo, muito menos se presta a excluir a intercessão de seu significado com o de vários campos de atividades universitárias, típicas do processo educacional, visto como um todo”.

Ao criar uma intercessão do art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei 12.772/2012, com o art. 8º, I, da Lei 11.091/2015, tem-se que o ensino é a atividade acadêmica finalística do docente, tanto que aos Técnicos Administrativos em Educação cabe o apoio ao ensino, senão vejamos:

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I – Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II – Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas e especializadas relativas às ações de pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino; (Redação dada pela Lei nº 15.141, de 2025)

III – Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada das Instituições Federais de Ensino. (Redação dada pela Lei nº 15.141, de 2025)

§ 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

§ 3º As atribuições previstas no inciso II do caput deste artigo incluem a coordenação de projetos de pesquisa e extensão, cabendo a percepção de bolsas de pesquisa e extensão, pagas diretamente pelas Instituições Federais de Ensino, por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por Instituição Federal de Ensino ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional. (Incluído pela Lei nº 14.695, de 2023)

Ressalta-se, ainda, que na dicção expressa e literal da Lei 11.091/2015, no § 3º do art. 8º, tem-se que os Técnicos Administrativos em Educação podem ser coordenadores nas ações de pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

Dessa forma, não há sustentabilidade jurídica, senão ao arrepio da lei, na conceituação dada pela Procuradoria de “coordenador administrativo de projetos de ensino, pesquisa e extensão” e de “coordenação acadêmica ou finalística”, uma vez que não há subsídio legal a embasar tal conceituação que encapsula o Técnico Administrativo em Educação na condição de partícipe de projetos que ele pode coordenar, excetuando-se os referentes a ensino.

Lembrando que ensino não está relacionado à presença do aluno na atividade, uma vez que ao Técnico Administrativo em Educação é prevista a realização de atividades com discentes. Temos como exemplo as atividades desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais que possuem atribuições vinculadas diretamente às atividades de natureza pedagógica. Essas atividades, por sua vez, correspondem a atendimentos aos discentes, elaboração de metodologia para estudo de acompanhamento de egressos e do perfil socioeconômico dos estudantes, elaboração de eventos relacionados a práticas pedagógicas de ensino, participação em comissão de revisão curricular, realização de acompanhamento acadêmico, participação na elaboração de instrumento avaliativo de comissões internas de avaliação de cursos e participação em projetos de extensão.

Essa interpretação é, sobretudo, oriunda da expressividade da Lei 11.091/2005, que valoriza a formação e a capacidade técnica dos ocupantes dos cargos, reforçando sua integração com as diferentes áreas para o alcance das finalidades institucionais.

Lembrando, ainda, que se faz necessário observar a exigência de correspondência entre a função de coordenação e as atribuições do cargo, que decorre do princípio da legalidade administrativa (art. 37, caput, da CF/88) e do regime jurídico próprio dos servidores públicos (Lei nº 8.112/1990), que vedam o exercício de atividades estranhas ao cargo efetivo.

Deste modo, a atuação dos Técnicos de Nível Superior (TNS) pode se dar tanto como integrantes das equipes quanto na coordenação dos projetos de pesquisa e extensão, de acordo com as competências e atribuições previstas no § 3º do art. 8º da Lei 11.091/2015.

CONCLUSÃO:

A Lei nº 11.091/2005 atribui ao Técnico de Nível Superior (TNS) a responsabilidade de planejar, organizar, executar e avaliar atividades de apoio técnico-administrativo ao ensino e, de forma independente, em projetos relacionados à pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada, observados os requisitos de qualificação e competências definidos para cada cargo, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, após a tramitação institucional dos mesmos.

Assim, os servidores técnico-administrativos poderão participar de projetos de pesquisa e extensão como colaboradores e coordenadores, desde que devidamente autorizados pelo dirigente da respectiva unidade de lotação e desde que não haja comprometimento de suas atribuições funcionais e da jornada de trabalho a que estão submetidos.

Além disso, os servidores técnico-administrativos poderão coordenar projetos de pesquisa desde que os cargos que ocupam tenham como atribuições funcionais a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, consoante o art. 2º, VIII, da Lei nº 10.973/2004.

ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA

Adv. Insc. 93.156 – OAB/RJ

Adv. Insc. 491-A – OAB/RN

Adv. Insc. 54.748 – OAB/DF

Adv. Insc. 147.841-9 – OAB/MG